



Projeto Educativo

Educar para a Sustentabilidade

Aprovado pela direção para o triénio
2017/2020

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	4
II- PRINCÍPIOS ORIENTADORES E OBJETIVOS	
1. Visão e missão da instituição	7
III. CONTEXTO E IDENTIDADE DA COMUNIDADE EDUCATIVA	
1. Caracterização histórica do concelho de Odivelas	8
2. Caracterização geográfica do concelho de Odivelas	12
2.1. Território	13
2.2. População	13
2.3. Atividade económica	14
2.4. Educação	15
2.4.1. Equipamentos educacionais	15
2.5. Proteção social	19
2.6. Cultura e desporto	20
2.6.1. Cultura	20
2.6.2. Desporto	21
2.6.3. Equipamentos culturais e desportivos	22
2.7. Associações	22
2.8. Ambiente	23
3. Caracterização da freguesia de Caneças	28
4. Caracterização do Infantário – Pião Mágico Lda	30
4.1. Retrato da instituição	30
4.1.1. Números de alunos/turmas	33
4.1.2. Recursos Humanos	33
4.1.3. Serviços prestados e oferta formativa	35
4.1.3.1. Serviços prestados	35
4.1.3.2. Oferta formativa	35
4.1.4. Parcerias	36
4.1.5. Projetos integradores	36
4.1.5.1. O tema	37
4.1.5.2. Objetivos gerais para o tema do Projeto Educativo	38
4.1.5.3. Objetivos específicos para o tema do Projeto Educativo – Creche	40
4.1.5.4. Objetivos específicos para o tema do Projeto Educativo – J. Infância	41
4.1.5.5. Objetivos específicos para o tema do Projeto Educativo – 1º Ciclo	42
4.2. Instalações escolares	46
4.2.1. Edifício	46
5. Forças e oportunidades	48
5.1. Forças	48
5.2. Oportunidades	49
IV PLANO ESTRATÉGICO	
1. Domínio 1 – Resultados	51
1.1. Sucesso Académico	51
1.2. Participação e desenvolvimento cívico	53
1.3. Comportamento e disciplina	54
2. Domínio 2 - Prestação do serviço educativo	55
2.1. Articulação e sequencialidade	55
2.2. Acompanhamento da prática letiva em sala de aula	56
2.3. Diferenciação e apoios	57
3. Domínio 3 - Organização e Gestão Escolar	57
3.1. Gestão dos Recursos Humanos	57

3.2 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa	58
3.3 Equidade e Justiça	58
4. Domínio 4 – Liderança	60
4.1. Visão e Estratégia	60
4.2. Abertura à inovação	60
4.3. Parcerias, protocolos e projetos	61
5. Domínio 5 - Capacidade de autorregulação e melhoria da instituição	61
5.1. Autoavaliação	61
V AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	
1. Formas de divulgação	62
2. Momentos de avaliação	62
3. Vigência	62
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64

I. INTRODUÇÃO

"A autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projeto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação às características e recursos da comunidade em que se insere" (Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de Fevereiro).

De acordo com o número um do artigo 9º do Decreto – Lei nº 75/2008, de vinte e dois de Abril, o Projeto Educativo é o documento que consagra a orientação educativa da instituição escolar, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais essa instituição se propõe cumprir a sua função educativa.

O Projeto Educativo surge como um instrumento que possibilita a definição e a formulação das estratégias que vão fazer da escola o espaço organizacional onde se decidem os desafios educativos, funcionando como fator impulsionador da sua autonomia.

O Projeto Educativo apresenta-se como um documento fundamental da política interna da escola, cuja finalidade é definir as linhas orientadoras, dentro do quadro das políticas nacionais e mostrar em que medida a escola se propõe assegurar a continuidade dos seus projetos e intervenções, boas práticas e estabelecer novas metas de desenvolvimento.

Cumprindo o disposto no Decreto-Lei n.º75/2008, de 22 de Abril de 2010, alterado pelo Decreto - Lei 137/2012, de 2 de julho, foi elaborado o Projeto Educativo do Pião Mágico – Infantário Lda., para o triénio 2017-2020.

Este Projeto Educativo resulta da necessidade da reestruturação do anterior Projeto Educativo, elaborado tendo em vista a abertura da valência do 1º ciclo de escolaridade, no ano letivo de 2014/15.

Perante algumas reflexões em torno de toda a comunidade educativa envolvente - assegurando uma maior participação de todos os intervenientes no processo educativo -, avaliações e caracterização geográfica (física e humana) do concelho, apresenta-se o Projeto Educativo do Pião Mágico - Infantário - Lda.

II. PRINCÍPIOS ORIENTADORES E OBJETIVOS

O projeto educativo do Pião Mágico – Infantário Lda. pretende ser um instrumento privilegiado de participação de toda a comunidade educativa, bem como da promoção da autonomia das crianças, com o intuito de formar cidadãos autónomos, responsáveis, críticos capazes de marcar a diferença em sociedade.

Os princípios orientadores dizem respeito aos fatores que contribuem para o sucesso educativo, nomeadamente:

1. Exercício de liderança promotora da qualidade na educação e no processo de ensino/aprendizagem;
2. Ambiente favorável ao ensino- aprendizagem;
3. Inovação pedagógica e tecnológica;
4. Diversidade da oferta de serviços propostos e atividades formativas, ao encontro dos interesses e necessidades a comunidade educativa;
5. Cooperação escola/comunidade;
6. Valorização do conhecimento e da aprendizagem ao longo da vida.

Os princípios orientadores visam:

- a) Promoção do sucesso educativo;
- b) Promoção da inovação e diferenciação pedagógica e tecnológica como catalisador de aprendizagens e conhecimento;
- c) Fomento do trabalho colaborativo e articulado: partilha de informação, experiências e saberes, com tolerância ao erro por parte de todos os agentes educativos;
- d) Promoção da educação para a saúde, através da adoção de comportamentos saudáveis promotores de bem-estar físico, emocional e social;
- e) Promoção dos valores da disciplina, respeito mútuo, tolerância, autonomia e esforço como elementos essenciais na construção do conhecimento;
- f) Promoção da equidade social;
- g) Promoção da participação dos membros da comunidade educativa.

1. VISÃO E MISSÃO

1.1. VISÃO

Pretendemos ser uma instituição que constitua uma referência na comunidade e promova a excelência apostando nas seguintes estratégias:

Construção de um ambiente relacional de qualidade.

Oferta educacional diversificada e flexível capaz de responder às necessidades; Inovação tecnológica e pedagógica.

A concretização desta visão exige:

- Formação adequada dos recursos humanos;
- Otimização das práticas colaborativas (entre a direção e os docentes entre si);
- Promoção da inovação/ otimização das boas práticas;
- Promoção da tolerância;
- Reforço da utilização dos meios TIC nas formas de comunicação interna e externa;
- Aprofundar a interação com os vários parceiros do meio local, regional e nacional;
- Promover a avaliação da instituição escolar com vista à melhoria da qualidade da ação educativa.

1.2. MISSÃO

A missão do Pião Mágico - Infantário Lda. reside na promoção do sucesso educativo das crianças e na valorização pessoal e social das crianças enquanto elementos de uma comunidade e, por isso, também, agentes ativos no processo de construção do bem-estar coletivo.

III. CONTEXTO E IDENTIDADE DA COMUNIDADE EDUCATIVA

1. CARATERIZAÇÃO HISTÓRICA DO CONCELHO DE ODIVELAS

A origem do nome Odivelas está como o nome de tantas outras freguesias e concelhos de Portugal, envolto numa lenda que perdura pelos séculos.

A propósito do nome desta cidade, conta-se que D. Dinis tinha o hábito de deslocar-se à noite a Odivelas onde se encontrava regularmente com raparigas do seu agrado. Certa noite, sabendo a rainha do que se passava resolveu esperá-lo e quando o rei fazia o seu percurso para o encontro, a rainha interpelou-o e eis que proferiu as seguintes palavras: "Ide vê-las senhor....."

Afirma-se que de "Ide vê-las", por evolução, teria surgido o nome Odivelas.

Os filólogos dão porém, outra explicação: a palavra compõem-se de dois elementos: "Odi" e "Velas". A primeira é de origem árabe e significa "curso de água". A segunda é de origem latina e refere-se às velas dos moinhos de vento, que existiram nos outeiros próximos e dos quais podemos ainda ver vestígios. O curso de água ainda se mantém hoje.

Os dólmens das Pedras Grandes e das Batalhas, na Freguesia de Caneças, o Castro da Amoreira na Freguesia da Ramada, os vestígios romanos encontrados na Póvoa de Santo Adrião, os achados árabes no subsolo da Paiã, na Freguesia da Pontinha, confirmam o território como uma zona fértil e agradável, onde, ao longo dos séculos, o Homem sempre se comprazeu em viver.

Mas o «motor de arranque» do desenvolvimento da região parece ter sido o Rei D. Dinis, ao decidir erguer, em Odivelas, um Mosteiro, onde uma plêiade de cultas freiras se fez ouvir para além das grades, quer pelos seus célebres Outeiros, quer pelos livros que escreveu, ou ainda atraindo, ao Mosteiro e às suas imediações, reis, príncipes e artistas.

É no Paço de Odivelas, em 1415, que D. Filipa de Lencastre, já no leito de morte, abençoa os três filhos mais velhos (D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique) que partem dali, a cavalo, em direção ao Restelo, onde embarcam para Ceuta.

É no Convento que se representa pela primeira vez, em 1534, o «Auto da Cananeia», de Gil Vicente, encomendado pela abadessa Violante, irmã de Pedro Álvares Cabral.

Enquanto isso multiplicam-se férteis quintas na Pontinha (na Paiã chegou a haver um cais para escoar os víveres para Lisboa), na Póvoa de Santo Adrião, em Caneças. Os seus proprietários, de uma forma ou de outra, surgem amiúdes ligados à cultura. É o caso do pintor Vieira Lusitano que foi o centro de uma romântica e atribulada história de amor com uma das filhas dos donos da Quinta dos Falcões, na Pontinha.

Anos depois, será a Póvoa de Santo Adrião a ter como proprietário de uma das suas quintas, o pintor Pedro Alexandrino que não só deixou algumas obras na igreja local, como as espalhou por Lisboa - na Sé, no Palácio de Queluz, no Museu dos Coches.

O Padre António Vieira fez um dos seus sermões no Convento de Odivelas, a 22 de junho de 1668. Almeida Garrett ocupa o preâmbulo da «Lírica de João Mínimo» com uma descrição de um passeio ao Convento, entrecortada por várias dissertações sobre poesia.

Um roubo na Igreja de Odivelas a 11 de maio 1671 dá origem a um belo monumento, o «Senhor Roubado», que alguns descrevem como a primeira banda desenhada portuguesa, e que levanta muitas pistas sobre a forte presença da Inquisição na região.

Os missionários cansados e doentes que regressam da Ásia ou da África acolhem-se ao Convento de Rilhafoles, na Paiã.

Em 1723, entra no Convento de Odivelas uma freira brasileira que algumas madres julgam judia. Nem mesmo o inquirido de um cardeal inquisidor as demove da suspeita, o que as leva a exigir a expulsão da “herege”. Em procissão, lá vão a caminho de Lisboa para se queixarem ao rei, que não as recebe.

À força, soldados pegam-lhes ao colo e metem-nas em carruagens, devolvendo-as ao Convento.

Pouco tempo depois, entra no Convento, a célebre Madre Paula, por quem o Rei D. João V, 30 anos mais velho do que ela, ficará completamente perdido de amores. A relação dura até à morte do monarca, que lhe deixa em testamento uma mesada.

Em 1731, D. João V decreta o início da construção do Aqueduto das Águas Livres, com origem na Fonte das Águas Livres, perto de Carenque, indo desaguar no depósito das Amoreiras, cuja Mãe d'Água foi acabada em 1834. A Mãe d'Água nas Amoreiras, além de ser um bonito espaço, é um depósito com capacidade para 5 500 000 litros. A partir das Mães d'Água a água seguia, através de túneis subterrâneos, que a levavam até às numerosas fontes de Lisboa.

O Aqueduto das Águas Livres nunca foi totalmente eficaz porque fornecia água impura e em pequena quantidade e, neste momento, não é mais do que um monumento histórico que resistiu ao Terramoto de 1755.

Não se sabe a data concreta da construção dos aquedutos de Caneças, mas situa-se por volta da segunda metade do século XVIII. Estes são quatro: o do Olival do Santíssimo, o do Poço da Bomba, o do Vale da Moura e o do Carvalheiro.

O terramoto de 1755 causa grandes estragos na região mas leva também a que muitos lisboetas se venham fixar na zona, à procura de ares mais saudáveis.

Mais tarde, em 1833, é construído, na Quinta da Pentieira (Freguesia da Pontinha), um cemitério para sepultar as vítimas da cólera.

Até meados do século XIX, Lisboa era uma cidade suja, afetada por numerosas epidemias. Os cidadãos ricos pagavam aos Aguadeiros, entre os quais os de Caneças, para lhes levarem água a casa. Caneças e as suas águas eram, então, muito apreciadas pela sua qualidade. Situam-se na freguesia de Caneças um conjunto de Fontes, que comercializaram água e que constituem um marco de uma época e de modos de vida caraterísticos da freguesia, e em sentido mais lato do concelho. A venda da água de Caneças fazia-se através de carroças ou galeras, que transportavam para Lisboa e arredores a água em bilhas de barro, juntamente com as trouxas de roupa das lavadeiras e produtos hortícolas.

Com a extinção das ordens religiosas, a terra perde algum do seu fulgor. No início do séc. XX era, contudo, uma terra procurada para os prazeres do Verão, pelos senhores de Lisboa.

É por essa altura que a vida municipal local começa a desenvolver-se. As freguesias de Odivelas e Pontinha fazem parte do Município de Belém, na

altura em que este é presidido pelo escritor Alexandre Herculano. As duas freguesias passam, a integrar o Município dos Olivais em 1885. No ano seguinte, é instituído o Município de Loures, de que fazem parte algumas freguesias que hoje pertencem ao Concelho de Odivelas. Em 1915 é criada a Freguesia de Caneças.

Começa a surgir um outro tipo de desenvolvimento, já não assente na agricultura mas na construção de bairros sociais em várias freguesias. A ligação por estrada a Lisboa, leva alguns grupos económicos a comprar na região grandes propriedades, enquanto a alta burguesia compra terrenos que transforma em quintas de férias.

É na Pontinha que, a 25 de abril de 1974, se instala o Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas que instaurará um regime democrático em Portugal. Atualmente, este quartel integra um Núcleo Museológico, criado através de um protocolo estabelecido entre o Regimento de Engenharia N.º 1 e a então Comissão Instaladora do Município de Odivelas.

Na região intensifica-se, a partir de então, o movimento de loteamento de terrenos que modificará profundamente a paisagem local. Nos 25 anos seguintes, aparecem 85 bairros clandestinos. Simultaneamente, com a falta de habitação a preços acessíveis em Lisboa, verifica-se uma explosão da construção civil, surgindo em todas as freguesias do concelho, à exceção da de Famões, grandes urbanizações que se traduzem numa subida relâmpago do número de habitantes, com formas de estar na vida diferentes e mais exigentes daquelas que tinham até aí os habitantes da região.

O Poder político tenta responder a essas aspirações criando as Freguesias da Pontinha (1984), de Olival Basto, da Ramada e de Famões (1989). A Póvoa de Santo Adrião passa a vila em 1986, Odivelas é elevada a cidade em 1990, a Pontinha sobe a vila (1991), o mesmo acontecendo ao Olival Basto em 1997. Neste mesmo ano, um grupo de cidadãos, defendendo um desenvolvimento próprio para a região, cria o «Movimento Odivelas a Concelho».

No dia 19 de novembro de 1998, com o voto unânime dos Deputados de todas as forças políticas, a Assembleia da República votava, na especialidade, e em votação final global, o Projeto de Lei da Criação do Município de Odivelas. Ficando este dia, estipulado como Feriado Municipal.

No dia 14 de dezembro de 1998, é publicado no Diário da República, a Lei n.º 84/98, da criação do Município de Odivelas referindo o seu Artigo 1º: "Através do presente diploma é criado o Município de Odivelas, com sede na Cidade de Odivelas, que fica a pertencer ao Distrito de Lisboa".

Em 20 de janeiro de 1999, a Comissão Instaladora do Município de Odivelas é empossada pelo então Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, Dr. João Cravinho.

Depois de 3 anos de administração, a Comissão Instaladora cessa funções, e no seguimento das eleições autárquicas de dezembro de 2001, toma posse, no dia 4 de janeiro de 2002, a primeira Câmara Municipal de Odivelas.

2. CARATERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONCELHO DE ODIVELAS

O Concelho de Odivelas é um dos mais novos concelhos de PORTUGAL.

Situado no Distrito de Lisboa, Região da Estremadura, o Concelho de Odivelas é composto por: Freguesia de Odivelas, União das Freguesias de Pontinha e Famões, União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto e União das Freguesias de Ramada e Caneças, distribuídas numa área de 26,6 km², e com uma população de 144.549 habitantes, (segundo os censos de 2011).

Integrado na Área Metropolitana de Lisboa, o Concelho de Odivelas faz fronteira com os Concelhos de Loures, Sintra, Amadora e Lisboa.

O Concelho de Odivelas está situado no entroncamento de vários eixos centrais viários, tais como:

- o Itinerário Complementar 22 (IC22), também conhecido por Radial de Odivelas;
- a Cintura Rodoviária Interna de Lisboa (IC17-CRIL) que permite o acesso vindo do Sul de Portugal / Algarve, e de Espanha, pela Ponte Vasco da Gama. No outro sentido, permite o acesso a quem vem da Amadora e de Algés.
- a Cintura Rodoviária Externa de Lisboa (A9-CREL) que permite, via Vila Franca de Xira, chegar do norte do País e da Galiza. Permite também, noutra

sentido, a chegada a quem vem do Estoril e Cascais pela A5, e também de Sintra pelo IC19.

- o Eixo Norte-Sul permite a entrada em Odivelas a quem vem do Sul de Portugal, Alentejo e Algarve, Espanha, pela Ponte 25 de abril.

- Autoestrada n.º 8 (A8) que faz a ligação entre Leiria e Lisboa (Calçada de Carriche).

Aqui ficam algumas das características mais importantes do Concelho de Odivelas.

2.1. TERRITÓRIO

O concelho é formado por uma extensa várzea que se estende desde a Pontinha até à Póvoa de Santo Adrião, passando por Odivelas e Olival Basto. O restante território é formado por colinas, a que os habitantes chamam serras, e que se separam entre si por vales.

Aqui e ali, vislumbram-se ainda alguns pinhais e pequenas hortas, um ou outro rebanho de ovelhas. Caneças é a freguesia que mantém mais características agrícolas. Os agricultores desta terra dedicam-se ao cultivo em estufas ou viveiros, principalmente de flores e plantas ornamentais.

2.2. POPULAÇÃO

Com um passado profundamente rural e caracterizado por uma concentração habitacional dispersa, é hoje em dia um território que apresenta uma densidade populacional cerca de 49 vezes superior à do Continente e 6 vezes mais que a Área Metropolitana de Lisboa. Estes números traduzem-se num concelho eminentemente urbano, apesar de duas das suas freguesias (Caneças e Famões) terem traços rurais, cujo movimento de ocupação surgiu numa forma mais expressiva a partir da década de 50 do Século XX.

Conheça alguns dos dados mais importantes relativos aos últimos atos censitários (Censos 2001 e Censos 2011) e alguns indicadores relacionados com a dinâmica populacional do concelho (documentos com informação recolhida e tratada pelo Setor de Informação Geográfica/Departamento de Gestão Urbanística e Setor do Plano Diretor Municipal/ Departamento de Gestão Urbanística, respetivamente):

CENSOS 2001 (XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral de Habitação).



Caracterização sociodemográfica do município de Odivelas – Análise dos Censos 2011

2.3. ATIVIDADE ECONÓMICA

A localização geográfica do Concelho de Odivelas, na sua condição de território periférico da capital, influenciou durante muitos anos, a evolução do setor empresarial. O território de Odivelas era reconhecido por muitos como um "dormitório".

Nota-se no entanto, nos últimos anos, uma tendência positiva na evolução do crescimento económico do concelho. Com o aparecimento de grandes infraestruturas viárias na região, como a CRIL e a CREL e, em parte, o Eixo Norte/Sul, reforçadas por outras obras, algumas de investimento municipal, como as rotundas e os nós da Ramada e das Patameiras, começaram a ser corrigidos alguns dos problemas de acessibilidade.

Esta nova realidade, veio dar outro sentido à ligação da malha viária nacional e regional, quebrando assim o seu isolamento e proporcionando melhores condições para criação de novas empresas.

A recente instalação de uma grande superfície comercial no concelho, é um dos exemplos mais recentes e mais marcantes, no que concerne à fixação de empresas no concelho. É um investimento importante para a dinamização do próprio concelho, e que já permitiu a criação de 2500 postos de trabalho.

- As empresas

Numa análise mais concreta, quanto à distribuição das empresas, destaca-se a localidade de Odivelas, com uma densidade empresarial bastante acentuada, seguindo-se a Pontinha, a Ramada e a Póvoa de Santo Adrião. Caneças, Famões e Olival Basto são as que apresentam uma densidade empresarial mais baixa.

- Setor de Atividade

O setor terciário é de longe o que mais predomina no concelho, seguindo-se o setor secundário e depois o setor primário. Este último com uma presença muito reduzida.

As Atividades mais representadas no concelho são por ordem decrescente: o comércio (comércio a retalho e comércio por grosso) a hotelaria e restauração, a indústria transformadora (indústria de papel, artes gráficas e edição, indústria metalúrgica e metalomecânica, indústria de máquinas e eletrónica) e a construção civil. Sobre a Atividade de construção civil é importante referir que, com o crescimento acelerado da Área Metropolitana, Odivelas também vê crescer, a olhos vistos, novas urbanizações, principalmente na freguesia de Odivelas.

2.4. EDUCAÇÃO

2.4.1. EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS

De entre os projetos, destacamos:

- Cidadania e Poder Local

Em funcionamento desde 2002, o Projeto de Cidadania e Poder Local visa contribuir para a aquisição de aprendizagens significativas da Cidadania Democrática nas suas várias vertentes, com maior ênfase na sua dimensão concelhia e proporcionar o contacto com a organização e o funcionamento de uma Câmara Municipal, com a prática da gestão democrática e a tomada de decisões, sobre questões e problemas do concelho onde residem.

Através da participação das crianças nas Reuniões de Câmara e da organização de visitas de turmas a alguns serviços municipais, pretende-se criar a oportunidade aos alunos para a vivência de "um dia de funcionamento

da Câmara Municipal", contribuindo deste modo, em articulação com a Escola, para a aprendizagem da cidadania no desenvolvimento local.

Público-Alvo: Ensino Básico, Secundário e Profissional da Rede Pública concelhia

Metodologia

Apresentação do Projeto ao Conselho Executivo das escolas e definição de dois alunos e um professor em representação de cada uma;

Apresentação de candidatura às escolas;

Sessões de trabalho e oferta de um dossiê de apoio para os professores envolvidos no Projeto.

- Um Dia com a Câmara:

Visita guiada aos Paços do Concelho;

Participação das crianças na Sessão Pública de Câmara através da colocação de questões temáticas ao Executivo Municipal;

Almoço-convívio e intercâmbio no Refeitório Municipal;

- Visita à Divisão de Educação;
- Visita aos serviços municipais e realização de sessões de trabalho relacionadas com as questões apresentadas pelas escolas;

Apreciação da Atividade por todos os participantes;

- Sessão Especial de Cidadania e Poder Local

No âmbito do Projeto Cidadania e Poder Local, para treino das competências adquiridas no âmbito da Educação para a Cidadania, as turmas participantes no Projeto ao longo do Ano Letivo são convidadas a participar numa simulação pedagógica, que funciona da seguinte forma:

Os alunos designam os seus representantes que, mediante sorteio, ocupam os lugares do Executivo Municipal, dos seus adjuntos e assessores, durante uma Reunião de Câmara especialmente organizada para este efeito.

O Público desta sessão é composto pelo Presidente e os Vereadores da Câmara Municipal, que lhes apresentam questões.

No final realiza-se uma sessão de avaliação e troca de experiências com professores e técnicos municipais.

- Ementas Escolares
- Programa de Prevenção Rodoviária

Programa iniciado em 2000, Ano Internacional da Prevenção Rodoviária, com o objetivo de sensibilizar a comunidade educativa para importância da Educação Rodoviária e incentivar à prática de comportamentos seguros, responsáveis e solidários, como componente do desenvolvimento global do indivíduo.

Dentro destas preocupações foi implementado em 2000 o Projeto dos Vigilantes/Patrolheiros que abrange atualmente 30 escolas do Ensino Básico e em 2003 o Projeto de Educação Rodoviária para alunos do 4º ano de escolaridade do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Parceiros:

- Escola Segura de PSP e GNR;
- 1º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar da Rede Pública;
- Juntas de Freguesia;
- Comissão Distrital de Segurança Rodoviária de Lisboa;
- Prevenção Rodoviária Portuguesa;
- TOTAL - Portugal Petróleos S.A.
- Programa “Do Urbano ao Rural”

- Programa do Urbano ao Rural

Consiste num serviço gratuito de visitas de estudo, à exploração agropecuária da Escola Profissional Agrícola D. Dinis na Paiã.

Através deste programa, é possível proporcionar aos alunos dos Jardins de Infância e de todos os níveis de Ensino Básico, um dia diferente em contacto com o mundo rural, sensibilizando-os para a valorização e preservação da natureza e do meio ambiente, uma vez que, estas crianças e jovens são na maioria das vezes pertencentes a famílias citadinas e, que por isso, têm cada vez menos contacto com esta realidade.

- Projeto Sei! Odivelas

Surgiu, em 2010, o Projeto SEI! Odivelas (Projeto para o Sucesso Educativo e Integração), que teve como objetivo abranger os principais projetos educativos, nomeadamente a Mediação Escolar (2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico) e os Gabinetes de Apoio Psicológico (Jardim-de-Infância e 1.º Ciclo do Ensino Básico).

A missão do Projeto SEI! Odivelas é promover o sucesso escolar e a integração social, prevenindo os fenómenos de abandono e absentismo escolar, os comportamentos de risco e a exclusão social de crianças que

frequentem os Jardins de Infância, 1.º Ciclo do Ensino Básico e jovens que frequentem os 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico da rede de escolas públicas do Concelho de Odivelas.

As principais estratégias de intervenção do Projeto “SEI! Odivelas” são o acompanhamento de proximidade, através de uma equipa multidisciplinar que desenvolve o seu trabalho no terreno, intervindo de forma direta com as crianças, jovens e as suas famílias, procurando identificar situações que possam comprometer o processo de aprendizagem escolar, o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social; e estratégias universais que abrangem pequenos e grandes grupos da comunidade educativa, nomeadamente ações de sensibilização com Professores, Assistentes Operacionais, Encarregados de Educação, entre outros.

- Um dia no Regimento da Engenharia nº 1

Inserida num conjunto de iniciativas desenvolvidas pela Divisão de Educação, que visam facultar aos alunos contactos e experiências relacionadas com a descoberta do meio envolvente e com o mundo do trabalho, esta iniciativa tem como principal objetivo proporcionar a abertura de novos horizontes, no que diz respeito a saídas profissionais, promovendo o contacto com uma profissão da qual, regra geral, detêm pouca informação, desconhecendo as Atividades que lhe são inerentes e as oportunidades de carreira que se podem perspetivar.

Público-Alvo: Alunos dos Estabelecimentos do Ensino Secundário do Concelho.

Parceria: Regimento de Engenharia N.º 1 (RE1) da Pontinha.

Um Dia no Regimento:

Chegada à Porta de Armas da Unidade;

Briefing sobre o RE1 e suas Atividades;

Prática de Atividades desportivas com enquadramento por Professores das Escolas e Militares do Regimento;

Visita à Unidade;

Almoço no Rancho Geral;

Demonstração e participação em Atividades de instrução militar;

Despedida e entrega de Diploma.

2.5. PROTEÇÃO SOCIAL

A Rede Social é uma medida de política social que pretende impulsionar um trabalho de parceria alargado, incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, envolvendo atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção.

Com a Rede Social, pretende-se constituir um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas atuando nos mesmos territórios, baseada na igualdade entre os parceiros, na consensualização dos objetivos e na concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais.

A Rede Social pressupõe assim, um conceito de trabalho baseado numa efetiva parceria, constituindo uma plataforma de desenvolvimento de objetivos estratégicos partilhados para um dado território, mobilizando vontades, despoletando e canalizando recursos e sinergias locais, para a resolução dos próprios problemas.

A Rede Social pretende então constituir novas dinâmicas de cooperação entre os parceiros para a qualificação do território social concelhio, onde, mais que construir novos equipamentos, ambiciona-se produzir novos recursos e "inventar novas soluções", criando novas modalidades de resposta, onde são aproveitadas estruturas e dinâmicas já existentes, as quais constituem potencialidades da comunidade.

São estruturas da Rede Social, os Conselhos Locais de Ação Social e as Comissões Sociais de Freguesia. Estas estruturas têm um funcionamento autónomo, no entanto devem sempre atuar de forma articulada, de forma a garantir a complementaridade das suas intervenções e a concretização do Princípio da Subsidiariedade.

A Rede Social pretende contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local, respondendo às problemáticas locais de um modo inovador, colocando a ênfase quer no diagnóstico dos problemas quer na sua resolução, tanto quanto possível, com a participação de todos os atores locais.

Tem como objetivos:

- Promover a inclusão e coesão social;

- Desenvolver uma parceria efetiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais;
- Promover um planeamento integrado e sistemático do desenvolvimento social, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local;
- Garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais, promovendo a coordenação das intervenções ao nível do concelho e das freguesias;
- Promover uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos ao nível do concelho e das freguesias;
- Procurar soluções para os problemas das famílias e pessoas em situação de pobreza e exclusão social;
- Potenciar e divulgar o conhecimento sobre as realidades sociais do concelho.

2.6. CULTURA E DESPORTO

2.6.1 CULTURA

A participação dos agentes locais é uma mais-valia para aproximação das populações à cultura popular e recreativa da região. O Movimento Associativo tem desempenhado um papel muito importante nesse sentido. O desenvolvimento cultural do Concelho depende dele. Por essa razão, o Município de Odivelas criou um programa de apoio às coletividades: Programa de Apoio às Comunidades de Odivelas (PACO) para os Ranchos e Grupos de Folclore, Associações e/ou Grupos de Teatro, Escolas de Música, Grupos Corais, Bandas de Música, Orquestras ou Fanfarras, Artes Plásticas e Artesanato.

Uma importante característica do concelho é a sua gastronomia é uma arte que permite converter o ato de comer num prazer para os sentidos e para o intelecto. É a utilização das técnicas culinárias, apenas conhecidas por alguns cozinheiros, e o empenho e carinho utilizados na elaboração dos pratos, que constituem a verdadeira gastronomia e proporcionam ao comensal verdadeira satisfação.

A apreciação de uma refeição faz-se relativamente aos alimentos servidos, e é aqui que reside o prazer gastronómico.

O ato de comer, pode trazer uma sensação de simples vulgaridade, ou então, de grande prazer e emoção.

Os Concursos Gastronómicos do Concelho de Odivelas, que contam com a participação de restaurantes do concelho, pretendem dar a conhecer o verdadeiro prazer gastronómico, através da confeção de pratos da gastronomia saloia, característicos desta região.

Ao nível da doçaria, propõe-se a doçaria conventual, tentando recuperar a tradição deixada pelo Mosteiro de S. Dinis de Odivelas.

Deixar as várias origens e pluralidades presentes em Odivelas, misturarem-se com a tradição secular deixada pelas monjas do convento de Odivelas, e com a herança dos habitantes saloios e dos seus hábitos alimentares.

Apostamos na realização dos concursos gastronómicos, como elementos de divulgação e reabilitação de grande importância para o património alimentar, potenciando a recuperação da culinária das tradições culturais do Concelho. Procuramos ainda, afirmar a restauração como um dos componentes do produto turístico, promovendo-a como um serviço organizado e de qualidade que o Concelho pode oferecer.

2.6.2 DESPORTO

O “Boccia Adaptado” é um programa da Câmara Municipal de Odivelas, da Divisão de Desenvolvimento Desportivo, de apoio às instituições e tem como vertentes:

Boccia sénior: + 65 anos.

População com necessidades especiais.

Adultos com menos de 65 anos.

A Federação Portuguesa de Desporto para pessoas com Deficiência (FPDD) apoia este projeto. No âmbito dos Programas de Apoio e Financiamento do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) IP, este projeto tem como objetivos: Conseguir que o Concelho de Odivelas seja uma referência na modalidade de boccia a nível nacional;

Dotar as instituições de instrumentos, através da formação técnica, para que prossigam e desenvolvam a atividade de boccia;

Proporcionar uma atividade física adaptada e adequada a todas as limitações e idades;

Contribuir para o aumento da vitalidade, mental, física e social dos participantes;

Fomentar a prática da atividade de boccia sénior com vista à criação de núcleos da modalidade, momentos de convívio e competição;

Melhorar a qualidade de vida, restituindo particularmente aos idosos a consciência do seu corpo e a possibilidade da utilização do mesmo com eficácia;

Desenvolver a motricidade fina e global, a coordenação motora a nível óculo-manual e a capacidade de concentração.

2.6.3. EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS

2.6.3.1. CULTURAIS

- Biblioteca Municipal D. Dinis;
- Centro de Exposições de Odivelas;
- Centro Cultural da Malaposta.

2.6.3.2. DESPORTIVOS

- Pavilhão Municipal Susana Barroso (Casal do Rato);
- Pavilhão Multiusos de Odivelas;
- Piscinas Municipais;
- Aluguer de Infraestruturas Desportivas.

2.7. ASSOCIAÇÕES

O concelho de Odivelas, embora possua uma aparência urbana, é um concelho com grandes tradições no que respeita ao artesanato.

Esta prática faz parte da cultura e da identidade de um povo e pode ser apenas uma forma de recreio ou uma Atividade profissional efetiva.

Lista de associações de artesãos do concelho de Odivelas:

- Associação Amigos de Caneças;
- Associação de Artesãos D. Dinis;

- Associação Povarte.

2.8. AMBIENTE

2.8.1. LIMPEZA URBANA

A Atividade de limpeza dos espaços públicos é uma competência da Câmara Municipal de Odivelas, encontrando-se parte dessa Atividade descentralizada nas Juntas de Freguesia, por força do Protocolo de Delegação de Competências. Assim, as Juntas de Freguesia do Concelho de Odivelas têm, no domínio da limpeza dos espaços públicos, as seguintes competências:

- Limpeza manual:
- Limpeza das vias e espaços públicos - varredura e lavagem das vias e espaços públicos, incluindo limpeza de valetas, sarjetas, sumidouros, bermas e caminhos da área urbana da freguesia;
- Manutenção de papeleiras, corte de mato e ervas e monda química;
- Remoção de cartazes e outra publicidade indevidamente colocada.

Nesta área são competências da Câmara:

- Desmatação Mecânica;
- Lavagem mecânica;
- Varredura mecânica;
- Limpezas extraordinárias.

2.8.2. INFESTAÇÕES

No âmbito do controlo de focos de insalubridade relacionados com espécies animais infestantes, são efetuadas desinfestações nas escolas do 1ª ciclo do ensino básico e jardins de infância da rede pública, esgotos, mercados municipais e via pública.

Estas campanhas de desinfestação decorrem ao longo do ano, podendo ser repetidas caso não tenham sido eficazes.

2.8.3. RUÍDO

No seguimento da elaboração dos Mapas Estratégicos de Ruído de Odivelas, concluídos em setembro de 2015 e aprovados na 5.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 7 de abril 2016, foi elaborada uma proposta de um correspondente Plano de Ação (PA) para o Ruído¹, dando-se cumprimento ao definido no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 146/2006 de 31 de julho, que estabelece a obrigatoriedade de elaboração destes planos para as aglomerações de maior expressão populacional. Por constituir uma aglomeração com mais de 100 000 habitantes e com uma densidade populacional superior a 2500 habitantes/Km², o município de Odivelas encontra-se sujeito à elaboração do PA.

O PA tem como objetivo reduzir os níveis de ruído nos aglomerados populacionais e, desta forma, reduzir a incomodidade das populações e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Este Plano servirá a gestão de ruído a vigorar no Município de Odivelas por um período de cinco anos e incluirá procedimentos, dispositivos e soluções para a gestão sustentável do ruído, sua redução e prevenção, salientando-se, neste âmbito, a preservação de áreas com boa qualidade acústica e/ou o desenvolvimento e estabelecimento de zonas tranquilas.

Neste contexto, a Câmara Municipal de Odivelas, na 5.ª Reunião Ordinária de 08 de março de 2017, deliberou, por maioria, aprovar a proposta do procedimento de consulta pública do projeto de PA para o Ruído, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 146/2006 de janeiro.

A Câmara Municipal de Odivelas, na 5.ª Reunião Ordinária de 08 de março de 2017, deliberou, por maioria, aprovar a proposta do procedimento de consulta pública a Proposta de Plano de Ação para o Ruído de Odivelas, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 146/2006 de janeiro.

¹ PA disponível para consulta no site da Câmara Municipal de Odivelas, em http://www.cm-odivelas.pt/anexos/areas_intervencao/ambiente/plano_de_acao_ruido/Súmula%20Proposta%20de%20Plano%20de%20Ação%20Odivelas.pdf

A abertura do período de Consulta Pública teve início a 28 de março, com a publicação do Aviso em órgão de comunicação social e decorreu até 12 de maio de 2017.

O projeto de plano e uma síntese que destaca os seus elementos essenciais, podem ser consultados em www.cm-odivelas.pt ou nos locais a seguir identificados:

- Divisão de Gestão Ambiental [Avenida Amália Rodrigues, n.º 27, 3.º, Urbanização da Ribeirada, 2675-624 Odivelas];
- Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico [Avenida Amália Rodrigues, n.º 20-A, Urbanização da Ribeirada, 2675-624 Odivelas]
- Paços do Concelho - Quinta da Memória [Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas];
- Loja do Cidadão - Posto da Câmara Municipal de Odivelas [Strada Shopping § Fashion Outlet - Loja 2.048, Estrada da Paiã, Patameiras, 2675-997 Odivelas]

Todos os cidadãos puderam participar.

2.8.3.1. RUÍDO AMBIENTE

A poluição sonora é uma das principais causas de degradação da qualidade de vida das populações, particularmente no meio urbano. Os transportes são os principais responsáveis, embora o ruído de atividades industriais e comerciais possa assumir relevo em situações pontuais.

De acordo com vários estudos, é reconhecido que, para um mesmo nível sonoro, a percentagem de pessoas incomodadas é mais elevada relativamente ao tráfego aéreo, seguido do rodoviário e por último o ferroviário.

O ruído pode ter efeitos de natureza diversa, sendo que em regra a afetação do sistema auditivo só ocorre perante exposição prolongada a níveis sonoros elevados. Os efeitos mais frequentes relacionados com o ruído ambiente traduzem-se em sintomas físicos como perturbações do sono, stress, problemas no aparelho cardiovascular e digestivo, perturbações psicológicas, cansaço ou diminuição da capacidade de concentração e desempenho.

A prevenção e o controlo da poluição sonora constituem, deste modo, objetivos fundamentais para a salvaguarda da saúde e do ambiente.

Nesta perspetiva a legislação em vigor sobre esta matéria tem como objetivo prevenir e reduzir os efeitos prejudiciais da exposição ao ruído ambiente, designadamente o Decreto-lei n.º 146/2006 de 31 de Julho (que transpõe a Diretiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente) e Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18/2007 de 16 de Março e alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007 de 1 de Agosto, que aprovou o novo Regulamento Geral de Ruído (RGR).

Estes diplomas definem, de uma forma global, uma política de prevenção e combate ao ruído, tendo em vista a salvaguarda da saúde e o bem-estar das populações.

Neste contexto, a Câmara Municipal de Odivelas com a colaboração do Grupo de Acústica e Controlo de Ruído da Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico (GACRADIST) elaborou em 2009 o Mapa de Ruído do concelho de Odivelas. Este mapa revelou o estado acústico no espaço global do concelho de Odivelas e identificou e quantificou as influências das fontes de ruído mais relevantes, contribuintes para o ambiente sonoro existente, constituindo elemento de acompanhamento do Plano Diretor Municipal.

Dando cumprimento à legislação em vigor, a avaliação do ruído ambiental foi realizada em função de dois parâmetros, L_{den} e L_n , sendo que este último integra matematicamente os parâmetros que caracterizam o ruído para três períodos do dia:

- L_d é o nível sonoro médio de longa duração, para o período diurno (das 7h às 20h);
- L_e é o nível sonoro médio de longa duração para o período do entardecer (das 20h às 23h);
- L_n é o nível sonoro médio de longa duração, para o período noturno (das 23h às 7h);

- Lden indicador de ruído diurno-entardecer-noturno – indicador de ruído, expresso em dB(A), determinado durante uma série de períodos diurnos, do entardecer e noturnos, representativos de um ano, associado ao incómodo global.

Com base nos usos existentes e previstos foi elaborada a “Planta de Classificação Zonal de Ruído”.

O subsequente cruzamento desta Planta com a Carta de Ruído permitiu proceder à identificação das zonas de conflito – Mapa de Zonas de Conflito, onde os níveis de ruído ultrapassam os limites sonoros fixados pelo RGR.

O Município de Odivelas enquadra-se na definição de aglomeração (tem mais de 100 000 habitantes e uma densidade populacional superior a 2500 habitantes/Km²) prevista na Diretiva n.º 2002/49/CE e consequentemente no Decreto-lei n.º 146/2006 de 31 de julho, pelo que se encontra sujeito à elaboração do Mapa Estratégico de Ruído e do respetivo Plano de Ação.

Assim, em setembro de 2015 foram concluídos os Mapas Estratégicos de Ruído para o território do concelho os quais foram aprovados na 5ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 7 de abril 2016.

Um MER define-se como um mapa para fins de avaliação global da exposição ao ruído ambiente exterior, em determinada zona, devido a várias fontes de ruído, ou para fins de estabelecimento de previsões globais para essa zona (artigo 3.º do Decreto-lei n.º 146/2006 de 31 de julho), sendo composto por uma compilação de dados sobre uma situação de ruído existente ou prevista em termos de um indicador de ruído demonstrando a ultrapassagem de qualquer valor limite em vigor, o número estimado de pessoas afetadas e de habitações expostas a determinados valores de um indicador de ruído em determinada zona (artigo 7.º do Decreto-lei n.º 146/2006 de 31 de julho). Os trabalhos desenvolvidos compreenderam principalmente as seguintes fases de trabalho:

- Compilação de dados de base (cartográficos e relativos a fontes de ruído) atualizados e correspondentes à totalidade da área do Concelho de Odivelas;

- Atualização do mapa de ruído de Odivelas, cuja versão mais recente datava de 2009 – produção de novos elementos referentes a fontes distintas e ao ruído global;
- Cálculo do número de pessoas expostas aos diferentes intervalos de níveis sonoros do ruído ambiente, especificamente derivado do tráfego rodoviário, ferroviário e aéreo.

No seguimento da elaboração dos MER, o Município de Odivelas encontra-se a elaborar, em colaboração com o GACR-ADIST, os Planos de Ação, cujos objetivos são os seguintes:

- Identificar as áreas onde os níveis de exposição ao ruído ultrapassam os limites legais e podem conduzir a efeitos nocivos na saúde humana;
- Definir as necessidades de redução de ruído;
- Identificar as responsabilidades – entidades gestoras ou concessionárias das Grandes Infraestruturas de Transporte e município;
- Selecionar e implementar as medidas de redução sonora prioritária quando a causa do incumprimento é da responsabilidade do município.

Estes planos têm como fim prevenir e preservar a qualidade do ambiente, reduzir o ruído ambiente sempre que necessário (em especial quando os níveis de exposição sejam suscetíveis de provocar efeitos prejudiciais para a saúde humana) e de preservar a qualidade do ambiente acústico.

A ajuda dos munícipes é fundamental para detetar e informar a Câmara Municipal de Odivelas sobre situações anómalas ao Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos, Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

3. CARATERIZAÇÃO DA FREGUESIA DE CANEÇAS

Caneças confina com Famões, Ramada e com os concelhos de Sintra e de Loures. Com uma área de 5,89 km², tem, de acordo com os dados dos Censos de 2011, 12 324 habitantes

Quando se fala em Caneças, é inevitável referir a vida rural e a cultura saloia que ainda hoje está representada na paisagem bucólica, nas fontes e na gastronomia, e integrada no desenvolvimento global do concelho como um bastião de memória e evolução

Caneças tornou-se conhecida pela beleza natural dos seus espaços, pela pureza do seu ar e pela frescura das suas águas, qualidades estas que transformaram Caneças num local de veraneio e cura, e que contribuíram, em tempos, para o florescimento de três Atividades económicas, a dos aguadeiros, a das lavadeiras, e a dos viveiristas.

Esta freguesia apresenta dois núcleos populacionais antigos - Lugar d'Além e Vale Nogueira. Recentemente, muitos outros núcleos têm vindo a surgir nos limites desta freguesia.

Dada a existência de vestígios de civilização muçulmana, pensa-se que terá sido fundada por mouros. O próprio nome tem origem árabe. Vem de "caniça" que significa "templo de cristãos". O povo diz que vem de "caneca" e que foi El-Rei D. Dinis quem "batizou" esta terra. Conta-se que andando El-Rei D. Dinis à caça, terá passado nesta povoação, onde pediu que lhe dessem água para matar a sede. Uma mulher da terra, trouxe-lhe uma caneca de fresca água de nascente, que o rei apreciou muito. Como gratidão por este gesto da mulher, quis o monarca que a terra se ficasse a chamar Caneca. Só mais tarde é que passou para Caneças.

Graças à relação que as gentes de Caneças estabeleceram com a capital, veio esta terra a ser local preferido, pela classe média de Lisboa, para veraneiar.

Os canecenses prestavam serviços aos lisboetas, vendiam-lhes as hortaliças e os frutos, a "criação", o queijo, o leite e a água, "boa para curar anemias e indisposições de estômago e intestinos".

Até meados do século XIX, Lisboa era uma cidade suja, afetada por numerosas epidemias. Os cidadãos ricos pagavam aos Aguadeiros, entre os quais os de Caneças, para lhes levarem água a casa. Caneças e as suas águas eram, então, muito apreciadas pela sua qualidade.

Lisboa era o grande mercado para a água de Caneças, o que motivou o aparecimento

das fontes - Fontainhas, Castanheiros, Piçarras, Passarinhos, Castelo de Vide, Fonte Velha, Fonte Santa e Fonte do Ouro, que comercializaram água e que

constituem um marco de uma época e de modos de vida caraterísticos da freguesia, e em sentido mais lato do concelho. A venda da água de Caneças fazia-se através de carroças ou galeras, que transportavam para Lisboa e arredores a água em bilhas de barro, juntamente com as trouxas de roupa das lavadeiras e produtos hortícolas.

Em terras de Caneças se exploraram nascentes cujas águas foram conduzidas até à Mãe de Água Nova, em Carenque e, daí, até Lisboa, pelo Aqueduto das Águas Livres.

A noroeste da povoação, as mães de água indicam os locais de captação e as condutas mostram o caminho que a água percorria, até ao seu destino.

O terramoto de 1755 causa grandes estragos na região mas leva também a que muitos lisboetas se venham fixar na zona, à procura de ares mais saudáveis. Talvez por isso, e na esperança de cura, aqui tenha procurado repouso Cesário Verde, que residiu durante algum tempo, no Lugar d'Além, antes de se transferir para o Paço do Lumiar, onde veio a falecer.

Quanto à evolução administrativa, a povoação existe desde 1719. A criação da freguesia dá-se no dia 10 de setembro de 1915, desmembrada da freguesia de St^a. Maria de Loures. Foi elevada à categoria de vila em 16 de agosto de 1991. Em 2013, por força da Reforma administrativa do Poder Local, esta Freguesia foi agregada à da Ramada, passando a designar-se por União das Freguesias da Ramada e de Caneças.

O seu orago é São Pedro.

4. CARATERIZAÇÃO DO PIÃO MÁGICO – INFANTÁRIO LDA.

4.1. RETRATO DA INSTITUIÇÃO

O Pião Mágico Infantil Lda. surge da necessidade de, no concelho de Odivelas, existir um projeto educativo inovador, que melhor servisse a comunidade educativa, ao encontro de uma débil e escassa rede pública de escolas, assim como de uma vasta rede particular/cooperativa mas pouco eficaz. A oferta implicava que pais e encarregados de educação da população em idade escolar optassem, muitas vezes, por instituições fora do concelho, normalmente na área de Lisboa.

A 15 de Setembro de 1998, em Casal Novo, freguesia de Caneças, concelho de Odivelas, é fundada a instituição Pião Mágico Infantário Lda. que inicia a sua atividade apenas com 3 crianças inscritas, uma cozinheira, uma auxiliar e uma educadora. No entanto, no final desse ano letivo já funcionava com uma sala completa de jardim-de-infância.

O projeto cresceu exponencialmente. Em dois anos já funcionavam dois pisos, com lotação completa, um piso com valência de Creche e o outro com valência de Jardim de Infância. Mostrou-se necessário expandir. Perante esta necessidade, começa a funcionar mais um piso, possibilitando também a abertura de uma nova valência Centro de Atividades e Tempos Livres.

Esta nova valência possibilitava que as crianças que terminavam os 5 anos no Pião Mágico, ao frequentarem a escola pública, continuassem a ser acompanhadas na instituição, nos tempos não letivos, colmatando as necessidades que os pais e encarregados de educação sentiam a este nível, sempre dispondo-se a apoiar a comunidade.

O Pião Mágico albergava então 150 crianças em três salas de Jardim de Infância; cinco salas de Creche e dois turnos de crianças de CATL e entre pessoal docente e não docente contava com 20 funcionários.

Contudo, as Atividades de Enriquecimento Curricular, de acordo com novas diretrizes educativas, entre 2005/06, alargaram o horário letivo, mantendo as crianças até às 17h00 ou 18h00 na escola. Esta alteração provocou uma quebra na procura do CATL e originou que os alunos deixassem de continuar a ser acompanhados pela instituição, depois de saírem do pré-escolar.

No entanto, ultimamente, face à conjuntura económica, as Atividades de Enriquecimento Curricular sofrem grandes alterações e diminuem em oferta e qualidade.

A instituição acredita poder fazer a diferença, mais uma vez e não apenas com o CATL mas assumindo um compromisso maior.

A diminuição de professores (provocando a incapacidade dos professores poderem dar resposta a situações de necessidades de apoio a alunos com dificuldades e com ritmos de aprendizagem diferenciados), a escassez de recursos materiais e humanos, a falta de segurança, a fraca qualidade

alimentar das refeições que é fornecida às crianças faz com que os pais e encarregados de educação procurem uma solução diferente do ensino público. Recentemente, as exigentes alterações na regulamentação das metas curriculares, e dos seus objetivos traçados para as mesmas, agravam ainda mais a instabilidade no ensino público.

A instituição Pião Mágico Infantil Lda., mais uma vez, mostra-se atenta às necessidades da comunidade educativa, pretendendo responder às exigências das metas traçadas, não descurando nenhuma criança, dando continuidade ao trabalho realizado ao nível da Creche e do Jardim de Infância. Assume-se, desta forma, o compromisso de um novo projeto, ao nível de 1.º Ciclo, iniciando-o no ano letivo 2014/15, marcando e distinguindo-se pela diferença!

Diferentes porque assumimos:

- Cumprir os ambiciosos objetivos traçados para as metas a alcançar, a nível de 1º Ciclo;
- Inovar na introdução de novas metodologias de aprendizagem da Matemática e do Português, apostando nos materiais manipuláveis e nas novas tecnologias;
- Respeitar a individualidade de cada criança e o seu ritmo de aprendizagem;
- Apoiar as nossas crianças permitir-lhes estar em contacto com atividades variadas;
- Continuar a nossa linha de Escola de Família.

Estamos certos que existimos e resistimos porque pais e encarregados de educação depositam em nós a confiança que nos permite continuar a crescer, para podermos corresponder às necessidades da comunidade educativa: escola de família.

O ambiente familiar que nos distingue e que nos é tão querido e característico, dentro das nossas excelentes instalações ou com parceiros que se medem pelo mesmo rigor e empenho.

O Pião Mágico infantil Lda. tem apostado num crescimento sustentável em que a qualidade do serviço prestado à comunidade educativa continua a ser a preocupação desta instituição.

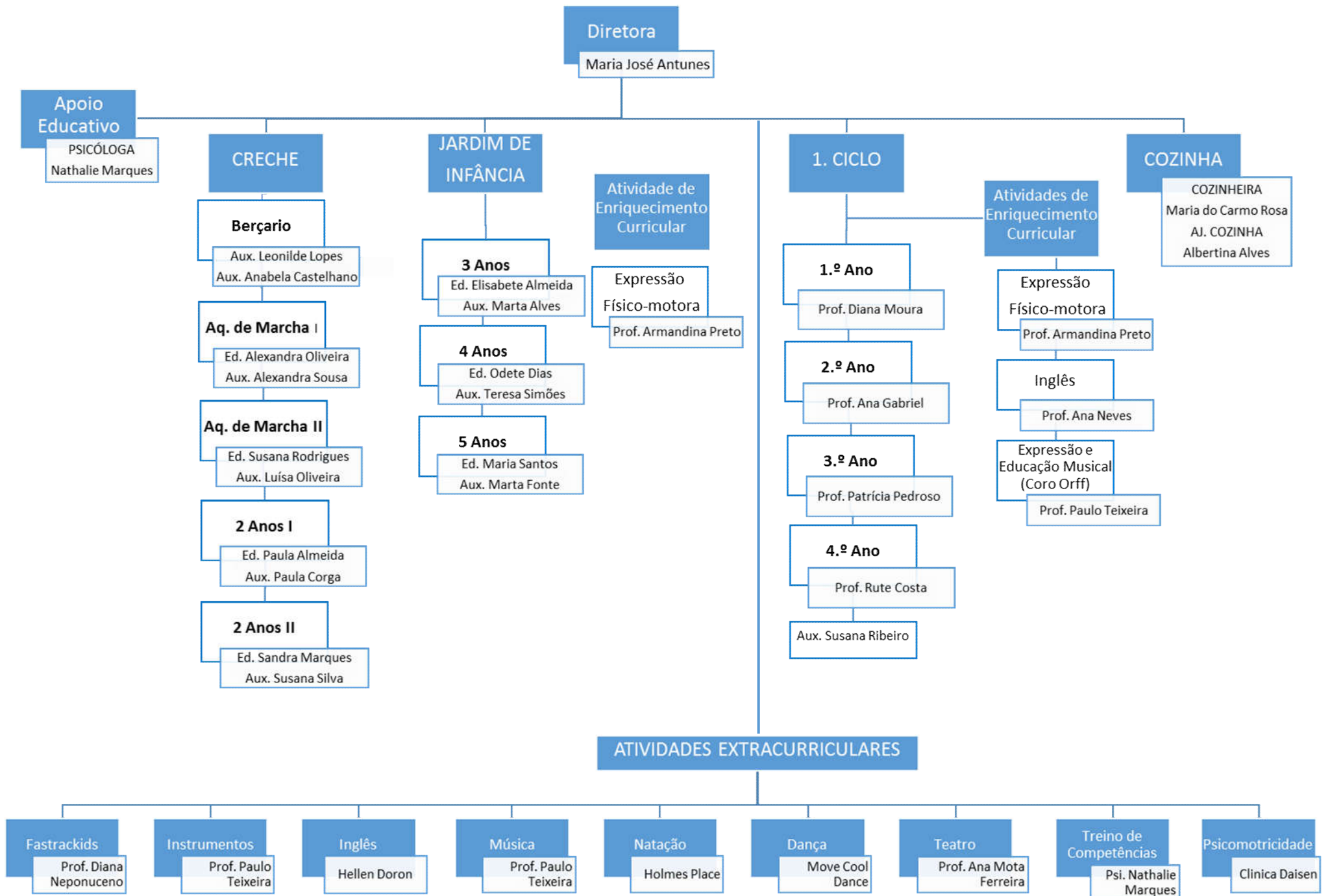
4.1.1. NÚMERO DE ALUNOS/TURMAS

O Pião Mágico Infantil Lda. dispõe, atualmente, de 10 salas que se passam a designar:

- Berçário: até 8 crianças
- Sala de aquisição de marcha I: até 14 crianças
- Sala de aquisição de marcha II: até 14 crianças
- Sala dos 2 anos I: até 18 crianças
- Sala dos 2 anos II: até 18 crianças
- Sala dos 3 anos: até 25 crianças
- Sala dos 4 anos: até 25 crianças
- Sala dos 5 anos: até 25 crianças
- Sala do 1º ano de escolaridade: 22 crianças
- Sala do 2º ano de escolaridade: 17 crianças
- Sala do 3º ano de escolaridade: 10 crianças
- Sala do 4º ano escolaridade: 10 crianças.

4.1.2. RECURSOS HUMANOS

Apresenta-se o organograma que representa o pessoal docente e não docente que colabora deste projeto educativo.



4.1.3. SERVIÇOS PRESTADOS E OFERTA FORMATIVA

4.1.3.1.SERVIÇOS PRESTADOS

- Creche;
- Jardim de Infância;
- Transporte;
- Apoio Educativo;
- Rastreios terapêuticos;
- Alimentação;
- Atividades Extracurriculares;
- Atividades de Tempos Livres;
- Atividades Complementares;
- Permanência;
- Prolongamento;
- Praia (primeira quinzena de julho).

4.1.3.2.OFERTA FORMATIVA

- Educação Pré - Escolar
- 1º Ciclo
- Atividades complementares:
 - Atividade Física e Desportiva (inclui):
 - Ginástica (Hip Hop/Patins);
 - Ensino da Música;
 - Ensino do Inglês;
 - Apoio Educativo.
- Oferta de atividades de Enriquecimento Curricular (AECs):
 - Psicomotricidade;
 - Natação;
 - Treino de Competências Emocionais;
 - Funky Jazz;
 - Ginástica Acrobática
 - Teatro;
 - Fastrackids;

- Aulas de guitarra e piano (teclado).

4.1.4. PARCERIAS

O Pião Mágico - Infantário Lda. faz parceria com diversas entidades para a realização de algumas das atividades disponíveis como oferta complementar, dentro das instalações do colégio ou fora, a saber:

- Cheque Creche e Ticket Infância;
- Clínica DASEIN.

4.1.5. PROJETOS INTEGRADORES

O Pião Mágico - Infantário Lda. escolheu para o triénio 2017-20 como tema para o Projeto Educativo: *Educar para a Sustentabilidade*, incidindo, substancialmente na promoção da sustentabilidade através da educação ambiental.

Este é um projeto muito abrangente a partir do qual serão abordados diversos subtemas.

Cada uma das salas deve, desta forma, escolher um subtema, dentro deste tema tão abrangente, anualmente, para trabalhar com as crianças, de acordo com a idade/ interesses das crianças da classe e as orientações escolares indicadas para essa idade/ano escolar. Assim, o projeto a desenvolver irá servir de ponto de partida para o desenvolvimento global das áreas de conteúdo: Formação Pessoal e Social, Expressões, Conhecimento do Mundo/Estudo do Meio, Linguagem Oral e Abordagem à escrita/Português, Matemática e as tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Com este projeto pretende-se disseminar técnicas e hábitos sustentáveis através da Educação Ambiental, colaborando para a formação de cidadãos responsáveis e ativos, assim como estimular a participação da comunidade escolar e de entorno para as atividades do projeto, assimilando práticas sustentáveis e servindo de agentes de divulgação dessas mesmas práticas, tomando-as como escolhas, perante os resultados obtidos.

4.1.5.1. O TEMA



Um dos grandes desafios que se coloca ao cidadão do século XXI consiste na preservação do ambiente, sendo cada vez mais assumida a necessidade de salvaguarda da equidade entre gerações, assente num modelo de desenvolvimento sustentável.

A nível internacional, estas preocupações tiveram eco nas múltiplas cimeiras que se têm vindo a realizar das quais resultaram importantes resoluções, nem sempre cumpridas, tais como: a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, a Declaração do Rio, a Declaração sobre Florestas e a Agenda XXI, o que tem contribuído para a identificação de problemas e para o desenvolvimento de uma consciência ambiental cada vez mais abrangente.

O objetivo da Educação Ambiental para a Sustentabilidade consiste na promoção de valores, na mudança de atitudes e de comportamentos face ao ambiente, de forma a preparar os jovens para o exercício de uma cidadania consciente, dinâmica e informada face às problemáticas ambientais atuais. Para o efeito, pretende-se que os alunos aprendam a utilizar o conhecimento para interpretar e avaliar a realidade envolvente, para formular e debater argumentos, para sustentar posições e opções, capacidades fundamentais para a participação ativa na tomada de decisões fundamentadas, numa sociedade democrática, face aos efeitos das atividades humanas sobre o ambiente.

Em 2017, o Ministério da Educação (MEC) elaborou um Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade² em parceria com a Direção-Geral da Educação (DGE), a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), a Associação de Professores de Geografia (APG), a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), a Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), o Centro de Informação, Divulgação e Ação para o Ambiente e Desenvolvimento (CIDAADS), a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Professora Doutora Helena Freitas, da Universidade de Coimbra, tendo sido constituída uma equipa com elementos das referidas entidades. O Referencial, de natureza flexível, pode ser usado em contextos muito diversos, no seu todo ou em parte, no quadro da dimensão transversal da Educação para a Cidadania, através do desenvolvimento de projetos e iniciativas que tenham como objetivo contribuir para a formação pessoal e social dos alunos. A sua concretização na educação pré-escolar deverá ser enquadrada pelas orientações curriculares em vigor para este nível de educação e no 1º ciclo pelo Programa e respetivas Metas Curriculares de Aprendizagem.

Através da educação ambiental o processo de ensino e aprendizagem pode ser dinamizado e ampliado de uma forma lúdica e prazerosa possibilitando às crianças adquirirem e registarem novos conhecimentos originando, preferencialmente, a partilha desses conhecimentos com a sua família, estendendo o âmbito do projeto à comunidade e prestando, no fundo, um serviço educativo à mesma.

4.1.5.2. OBJETIVOS GERAIS PARA O TEMA DO PROJETO EDUCATIVO

De acordo com o tema escolhido para o triénio 2017/20 traçam-se como objetivos gerais:

² Em

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Educacao_Ambiental/documentos/reas_consulta_publica.pdf

- Trabalhar o tema transversalmente através das diferentes áreas do conhecimento, indicadas nas orientações curriculares e referenciais educativos;
- Despertar nas crianças valores e ideias de preservação da natureza e senso de responsabilidade para com as gerações futuras;
- Sensibilizar de forma lúdica sobre o uso sustentável dos recursos naturais através de suas próprias ações;
- Apresentar alternativas e soluções para as questões ambientais pertinentes no dia a dia escolar;
- Conscientizar as crianças sobre a importância do meio ambiente e como o Homem está inserido neste meio;
- Estimular para a percepção da importância do Homem como agente de transformação do meio que o rodeia e a influência que tem;
- Incorporar o respeito e o cuidado para com o meio ambiente;
- Incorporar a rotina da coleta seletiva;
- Reconhecer atitudes inadequadas para com o seu meio ambiente;
- Reconhecer que os cuidados com o meio ambiente promovem a qualidade de vida para os seres vivos;
- Estimular a mudança prática de atitudes e a formação de novos hábitos com relação à utilização dos recursos naturais;
- Conscientizar sobre as diferentes formas de coleta e destino do lixo, na escola, casa e espaços em comum;
- Conscientizar sobre o uso adequado e renovação de certas matérias primas: Reciclagem.

4.1.5.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROJETO EDUCATIVO – CRECHE

Segundo Moacir Gadotti (doutorado em educação em Génève) a sustentabilidade é o sonho de viver bem, é o equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio ambiente, é a harmonia entre diferentes. As nossas vidas “precisam ser guiadas por novos valores: simplicidade, austeridade, paz, serenidade, saber escutar, saber viver juntos, compartilhar, descobrir e fazer juntos.” Depende de cada um de nós assumir praticas de sustentabilidade na vida diária, na família, no trabalho, na escola, na rua. Segundo o mesmo autor “o conceito de sustentabilidade na educação pode ter um impacto positivo não só no que se refere aos indivíduos, mas também nas necessárias mudanças no sistema educacional.” Educar para a sustentabilidade significa “compartilhar valores fundamentais, princípios éticos e conhecimentos como respeito à terra e a toda a diversidade da vida; cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor; construção de sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas. A sustentabilidade é um conceito central de um sistema educacional voltado para o futuro.”

Na abordagem High/Scope as crianças constroem uma compreensão própria do mundo através de envolvimento ativo com pessoas, materiais e ideias. Este principio sugere que todas as crianças aprendem ativamente e que a amplitude e a profundidade da compreensão que a criança tem do mundo está em constante mudança e expande-se como resultado das suas interações do dia-a-dia.

Baseando-nos nesta abordagem e num conceito de sustentabilidade na educação, a creche, através do subtema “**Unidos pelo Planeta**”, irá procurar envolver as crianças e as suas famílias em práticas e princípios para a sustentabilidade, procurando levar as famílias a alterar alguns dos seus comportamentos e as crianças a crescerem com a cultura de sustentabilidade já enraizada. Para isso temos como objetivos específicos da creche:

- Promover a educação para a cidadania: respeito das regras e respeito pelo outro;

- Estimular a adoção de comportamentos sustentáveis no quotidiano (poupança de recursos e separação do lixo);
- Envolver a família na produção de trabalhos referentes ao tema.

4.1.5.4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROJETO EDUCATIVO - JARDIM DE INFÂNCIA

O tema do projeto educativo para o próximo triénio (2017/2020) é “Educar para a sustentabilidade” com este projeto educativo o Jardim de Infância enquadrado nas áreas curriculares pretende desenvolver o subtema “Unidos pelo Planeta”, que surge na necessidade de promover e sensibilizar a comunidade educativa para a defesa da sustentabilidade do nosso planeta.

“O respeito e a valorização do ambiente natural e social e do património paisagístico são ainda abordados na formação pessoal e social, numa perspetiva de corresponsabilização do que é de todos no presente e tendo em conta o futuro. O desenvolvimento destes valores articula-se e concretiza-se através de aprendizagens realizadas noutras áreas e domínios, nomeadamente a educação artística e o conhecimento do mundo”

“Encara-se a área do conhecimento do mundo como uma sensibilização às diversas ciências naturais e sociais abordadas de articulado, mobilizando aprendizagens de todas as outras áreas. Assim, para estruturar e representar a sua compreensão do mundo, as crianças recorrem a diferentes meios de expressão e comunicação (linguagem oral e escrita, matemática, e linguagens artísticas)”

“A abordagem ao conhecimento do mundo implica também o desenvolvimento de atitudes positivas na relação com os outros, nos cuidados consigo próprio, e a criação de hábitos de respeito pelo ambiente e pela cultura, evidenciando-se assim a sua inter-relação com a área de formação pessoal e social. As crianças vão compreendendo o mundo que as rodeiam quando brincam, interagem e exploram os espaços, objetos e materiais. Nestas suas explorações, vão percebendo a interdependência entre as pessoas e entre estas e o ambiente. Assim, vão compreendendo a sua posição e papel no mundo e com as suas ações podem provocar mudanças neste. Uma abordagem contextualizada e desafiadora ao conhecimento do mundo, vai facilitar o desenvolvimento de atitudes que promovem a responsabilidade partilhada e a consciência

ambiental e de sustentabilidade. Promovem-se assim valores, atitudes e comportamentos face ao ambiente que conduzem ao exercício de uma cidadania consciente face aos efeitos da atividade humana sobre o património natural, cultural e paisagístico.”

In orientações curriculares para a educação pré-escolar

- Transformar hábitos e condutas para a promoção de valores face ao ambiente de forma a preparar as crianças para o exercício de uma cidadania consciente, dinâmica e informada;
- Combater o desperdício de recursos naturais implementando práticas responsáveis;
- Estimular a adoção de comportamentos sustentáveis no quotidiano envolvendo a família (na poupança de recursos e separação do lixo).

4.1.5.5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROJETO EDUCATIVO – 1º CICLO

O tema do Projeto Educativo para o próximo triénio (2017/2020) é *Educar para a Sustentabilidade*.

Educar para a sustentabilidade do planeta e, por conseguinte, de todos os seres vivos que nele têm o seu habitat passa por uma reeducação ambiental, percebendo que os recursos naturais do planeta não são inesgotáveis e que é dever daqueles que deles dependem cuidá-los e preservá-los.

Esta ideia de preservação dos recursos alia-se à ideia de uma consciência global de identidade coletiva, trabalhada no anterior projeto educativo, que tratava Património Cultural (material e imaterial) e explorava o tema de um legado patrimonial/cultural. Desta feita, falamos de um legado primordial. O da preservação da vida na Terra, como nós a conhecemos.

De maneira a antecipar uma boa Educação Ambiental é necessário consciencializar para que toda e qualquer ação individual conta e a consciência de cada um é o instrumento/ferramenta que dita a mudança,

Dentro do tema do Projeto Educativo, o 1º ciclo vai tratar, sobretudo a Educação Ambiental, tendo como educação preliminar a educação nos 7 R's:

- **Repensar** os hábitos e atitudes de consumo de maneira a reduzir a produção de lixo, os excedentes.

Este conceito é a base do consumo sustentável e visa fazer com que o consumidor tenha a certeza de estar adquirindo algo por necessidade.:

- Pensar bem se existe necessidade de usar o que se vai usar;
- Repensar as necessidades diárias;
- Etc...

- **Recusar** consumir produtos que gerem impactos ambientais significativos e que não sejam essenciais, passando pela alimentação.

Este conceito vem no seguimento do primeiro. Se não queremos devemos assumir que não queremos e escolher não o fazer:

- Perceber a importância de adotar combustíveis não poluentes e consumir fontes limpas de energia renovável;
- Perceber a importância de saber a origem daquilo que compramos (tempo e durabilidade do produto/qualidade);
- Perceber a importância de comprar, sobretudo, produto nacional (impacto económico/tempo até ao consumidor final/cumprimento das normas europeias de segurança e trabalho);
- Perceber a importância de comprar aos pequenos produtores, nos mercados, ao invés das grandes superfícies comerciais;
- Perceber a importância de comprar produtos alimentares de origem biológica;
- Perceber a importância de mudar os hábitos alimentares;
- Perceber a importância de ter uma alimentação mais variada e menos à base de produtos animais;
- Perceber a importância de comer produtos frescos em detrimento de processados;
- Etc...

- **Reduzir** a produção de lixo, de excedentes e se existe tentar dar-lhe outro uso, diferente do seu uso original:
 - Evitar deixar as lâmpadas acesas;
 - Usar lâmpadas de baixo consumo;
 - Evitar ligar os aquecedores;
 - Não deixar as torneiras abertas;
 - Usar garrafas de água (que não plástico) filtrada para consumo diário;
 - Etc...

- **Reaproveitar** o excedente dando-lhe outro uso e prolongando a vida dos produtos:
 - Planejar bem as atividades
 - Utilizar todo o tipo de material que sobeje, com novas funções;
 - Fabricar massa de modelar e tintas, etc...
 - Evitar o desperdício de papel e canalizar tudo o que possa ser evitável para os meios eletrónicos;
 - Etc...
 -

- **Reciclar** transformando materiais beneficiados em matéria prima para o fabrico de outro tipo de produtos;
 - Plástico/Vidro/Papel/Pilhas/Rolhas/Eletrodomésticos/Roupa/etc...

- **Reparar**
 - Perceber, conscientemente, que os aparelhos têm o seu tempo de vida e podem ser arranjados;
 - Etc...

Pretende-se envolver neste projeto toda a comunidade educativa, sobretudo os pais/encarregados de educação, solicitando a sua colaboração em propostas de atividades a desenvolver no âmbito deste projeto, de forma a melhor alcançar os objetivos traçados para este ciclo de estudos. Serão ainda sugeridas algumas pesquisas, leituras de férias e visitas a locais de interesse,

que possam dar continuidade ao trabalho desenvolvido em sala de aula e para que a família possa melhor participar do projeto.

Pretende-se, com isto, envolver toda a família neste projeto educativo, aproximando a escola da família e admitindo a escola como um local privilegiado de orientação para um melhor conhecimento do meio envolvente e de uma maior compreensão do presente e projeção de um futuro sustentável, passando por uma reeducação ambiental.

No 1.º ciclo, além desta consciencialização global (transversal aos vários anos de escolaridade, de acordo com as capacidades dos alunos), cada ano de escolaridade desenvolverá um sub-tema, a saber:

- 1º ano de escolaridade
- 2º ano de escolaridade
- 3º ano de escolaridade
- 4º ano de escolaridade

O trabalho desenvolvido por este ano de escolaridade, ao longo do ano letivo, assenta num estudo social de sustentabilidade intitulado “Eu e o Mundo” no qual cada aluno terá de pensar numa ação individual para melhorar a qualidade de vida/ambiente daqueles que o rodeiam e executá-la. O projeto lançado aos alunos:

“Eu e o mundo”

Sim, sabes, há todo um mundo lá fora e mesmo que decidas que não o queres conhecer ou decidam isso por ti, acabarás por ser forçado a conhecê-lo. Acredita em mim. Portanto, mais vale começares a pensar sobre esse mundo, que te parece, por vezes, tão distante e o que ele significa. O que significa o mundo? Não estou a falar daquele mundo físico, que estudas na escola e que te permite saber a composição do planeta e todas essas coisas. Quando digo mundo é do mundo social que estou a falar, das relações entre as pessoas umas com as outras e das próprias pessoas em si.

O sítio onde vives representa apenas uma pequena parte do mundo, como uma aldeia, mas até mesmo as aldeias, agora, com a informação disponível *on-line* (internet) a aldeia passa a poder ter acesso ao mesmo conhecimento que todos têm e transforma-se numa aldeia global”

Tudo o que cada um de nós faz tem, então, um poder inimaginável. NUNCA duvides disto: o bater das asas de uma borboleta em Portugal pode criar o efeito de um tufão no Japão (por oposição geográfica).

SOMOS TODOS RESPONSÁVEIS PELA SUSTENTABILIDADE DA VIDA NO PLANETA TERRA, UNS PELOS OUTROS E TODOS PELO PLANETA.

Mas, então, que posso eu fazer? O que espera o mundo que eu faça?

A resposta é nada, por enanto, pelo menos nos próximos tempos ou enquanto forem crianças.

E se um dia, quando chegares à idade adulta, em que tens de agir defendendo os teus interesses e os dos teus, livremente, como adulto responsável, o mundo for uma desilusão

Para o trabalho desenvolvido poderá ser utilizado qualquer tipo de suporte.

Talvez a resposta esteja em começar hoje a agir da melhor maneira possível?

E este é o teu trabalho para este ano letivo.

É apresentado no final do ano letivo e tem uma avaliação externo:

“PENSAR NUMA IDEIA PARA MUDAR O MUNDO E TENTAR COLOCÁ-LA EM PRÁTICA”

Será possível?

O reino da possibilidade existe onde e como em cada um de nós?

Na vossa mente e no vosso coração

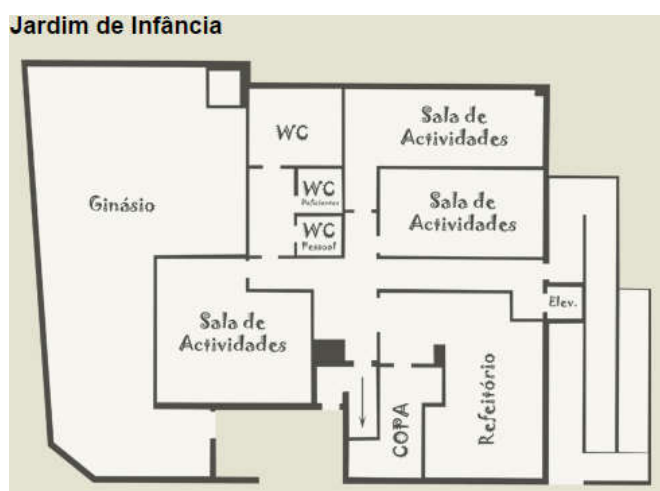
Portanto, é começar JÁ.

Para este projeto ter uma maior exposição será colocado à disposição dos encarregados de educação/pais, um documento para consulta, no final do ano letivo, que reúna os projetos escolhidos pelos alunos e como os desenvolveram.

4.2. INSTALAÇÕES ESCOLARES

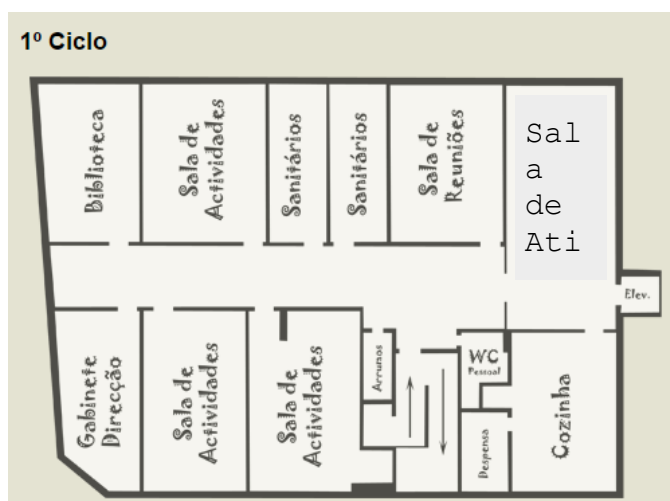
4.2.1. EDIFÍCIO

R/C



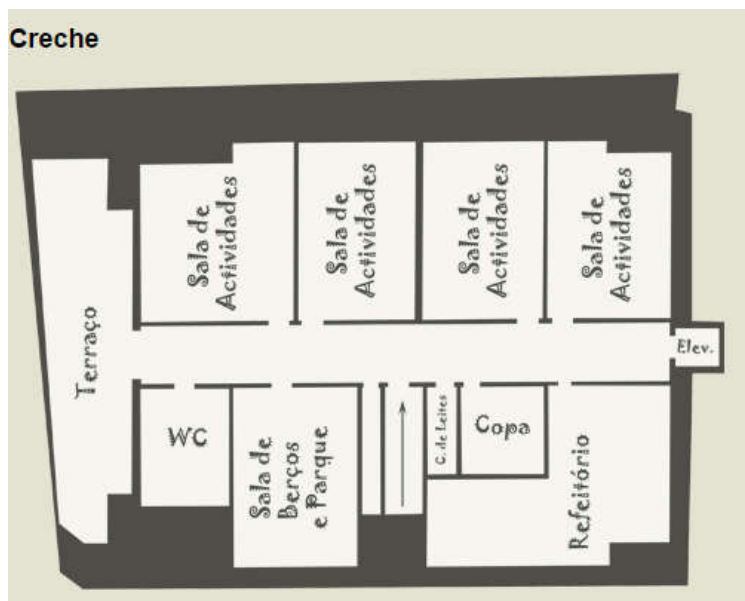
- 3 Salas para o Pré-Escolar (3 anos, 4 anos, e 5 anos);
- Refeitório;
- Ginásio;
- WC adulto;
- WC crianças (comum);
- WC deficientes;
- Copa;
- Parque infantil exterior;
- Dispensa.

1º PISO



- Biblioteca Escolar;
- Escritório;
- 4 Salas de aulas para o 1º Ciclo
- WC adulto;
- 2 WC de crianças (raparigas/rapazes);
- Sala de isolamento;
- Refeitório;
- Cozinha;
- Vestiário.

2º PISO



- 5 Salas (Berçário, 2 salas de Aquisição de Marcha, 2 salas de 2 anos);
- Refeitório;
- Copa;
- Dispensa;
- WC de crianças;
- Terraço.

O acesso para os três pisos pode ser efetuado por elevador ou por escadas.

5. FORÇAS E OPORTUNIDADES

5.1. FORÇAS

- Aposta na diversificação da oferta formativa, pela introdução, este ano letivo 2014/15, da valência do 1º ciclo de estudos;
- Inovação: práticas e tecnologia:
 - a metodologia didática selecionada para o ensino da matemática assente, sobretudo, em materiais didáticos;
 - a possibilidade de dispor do *software* educativo *Netboard* e todas as suas potencialidades educativas digitais.

- Presença da escola no mundo digital: *site*, *facebook*, blogues dos projetos existentes na escola;
- Redução da taxa de abandono da instituição das crianças no ensino pré-escolar para a frequência do ensino público (salas dos 4-5 anos por existir uma continuidade de ensino escolar formal de 1º ciclo);
- Bom relacionamento:
 - Corpo administrativo, pessoal docente (educadores, professores) e não docente (auxiliares, técnicos) e alunos, assim como respetivas famílias, tem um muito bom relacionamento;
- Motivação dos docentes para o projeto que se apresenta;
- Capacidade de angariação de fundos com repercussões na diversidade e na qualidade das atividades e projetos desenvolvidos de âmbito de complemento curricular:
 - festas e feiras, quermesses e rifas, por exemplo, abertas a toda a comunidade escolar;
- Os Serviços de Psicologia e Orientação constituem um recurso relevante pela implementação de uma perspetiva psicossociológica das crianças e suas famílias para melhor ajudar os alunos:
 - Aposta em novas parcerias clínicas (DASEIN) com vista a acompanhar o desenvolvimento infantil das crianças desde que integram a instituição, dentro e fora do Pião Mágico, e ajudar as suas famílias, prestando o melhor acompanhamento nesse processo;
- Aposta em projetos integradores que envolvam a comunidade escolar e alargada de defesa e preservação do património material e imaterial da freguesia/concelho, mantendo tradições.

5.2. OPORTUNIDADES

- Suprir a necessidade de colocação de uma oferta formativa privada, em alternativa à oferta pública, diversificada, desde o berçário até ao 1º ciclo de estudos, na freguesia de Caneças e imediações;

- Constituir uma referência na educação (orientação escolar) e ensino (educação formal) das crianças da freguesia e uma instituição prestigiante para a comunidade;
- Visibilidade dos projetos existentes;
- Maior reflexão na avaliação
- Prolongamento da escolaridade até ao 4º ano de escolaridade;
- Requalificação física e funcional da instituição;
- Parcerias estabelecidas com novas várias entidades.

IV. PLANO ESTRATÉGICO

1.DOMÍNIO 1 – RESULTADOS

1.1 SUCESSO ACADÉMICO

Objetivos	Estratégias
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver a curiosidade e o espírito crítico e a vontade de saber mais;• Promover o desenvolvimento intelectual, a memória e a capacidade de concentração;• Desenvolver a capacidade de interação verbal, a consciência fonológica e a manifestação de comportamentos emergentes de leitura e de escrita;• Levar as crianças a reconhecer números, letras e palavras;• Fomentar o sucesso acadêmico;• Incentivar os bons resultados internos e externos;• Baixar os níveis residuais de desistência da frequência (4-5 anos).	<ul style="list-style-type: none">• Fazer jogos de palavras, rimas, lengalengas, poemas e contos;• Reproduzir canções mimadas com vocabulário rico e diversificado;• Ter representações de palavras, letras e números;• Disponibilizar livros de vários autores;• Visitar a biblioteca escolar;• Ler histórias em voz alta, com diferentes estratégias de animação de leitura;• Promover o diálogo, em grupo, com as crianças, sobre a sua vida quotidiana;• Promover a participação das crianças e família em projetos integradores, envolvendo a comunidade, inovando e indo ao encontro dos seus interesses;• Promover a participação das crianças em concursos escolares;• Promover a leitura e a literacia, desenvolvendo <i>workshops</i> e sessões de leitura coletiva, por exemplo;• Monitorizar os casos de risco de possível insucesso escolar, sinalizando-os e desenvolvendo um acompanhamento adequado (novas parcerias, por exemplo DASEIN);• Monitorizar os casos de potencial abandono;• Participar nos diferentes

	<p>projetos do MEC, tais como Provas de Aferição, seguindo o modelo reconhecido de paralelismo pedagógico;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Refletir/ analisar os resultados escolares; • Promover, também, a participação dos pais/encarregados de educação nas atividades escolares.
--	--

<p>Metas</p>
<p>Creche</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de movimentos básicos (coordenação motora, capacidade de preensão...); • Formação da primeira imagem corporal; • Assegurar que a criança consiga, períodos cada vez maiores de atenção e concentração; • As crianças terem conhecimento de algumas noções de matemática (grande/pequeno, dentro/fora, muito/pouco, cores primárias...); • Aquisição de capacidade de comunicação; • As crianças terem conhecimento do mundo que as rodeia: elementos da família, divisões da casa e objectos associados, dia/noite, alimentos, meios de transporte e animais). <p>Jardim de Infância</p> <ul style="list-style-type: none"> • As crianças terem um conhecimento das diferentes ciências naturais e humanas, no sentido do desenvolvimento de competências essenciais para a estruturação de um pensamento científico cada vez mais elaborado, que lhes permita compreender, interpretar, orientar-se e integrar-se no mundo que a rodeia; • As crianças mobilizarem um conjunto de conhecimentos linguísticos determinantes na aprendizagem da linguagem escrita e no sucesso escolar (capacidade de interação verbal, consciência fonológica, manifestação de comportamentos emergentes de leitura e escrita...); • As crianças terem um conjunto de conhecimentos de matemáticas fundamentais no desenvolvimento de aprendizagens futuras, nomeadamente na resolução de problemas; • As crianças possuírem um desenvolvimento psicomotor e simbólico que permita a compreensão e o progressivo domínio de diferentes formas de linguagem (motora, dramática/teatro, plástica, musical e dança). <p>1.º Ciclo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aproximar a classificação interna de frequência e a aferição nacional de conhecimento, preparando os alunos de 1º ciclo para o exame de final de ciclo;

- Baixar os níveis residuais de abandono;
- Permitir aos alunos adquirirem um conhecimento aprofundado das diferentes áreas, visando o desenvolvimento integral da criança e promovendo a sua autonomia;
- Preparar as crianças para a vida em sociedade, como cidadãos interventivos, promovendo as suas escolhas académicas/profissionais;
- Dar ferramentas para que as crianças se tornem autónomas no seu método de trabalho, criando hábitos de estudo, preparando-os desta forma, para a ingressão no 2.º Ciclo.

1.2. PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

Objetivos	Estratégias
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a socialização das crianças: • Aprender regras e hábitos necessários para melhor organização; • Estimular a participação e iniciativa da criança; • Inculcar o respeito pelo outro, independentemente de diferenças físicas, incapacidades, género, etnia, cultura, religião ou outras; • Promover a resolução de conflitos pelo diálogo e as decisões por consenso maioritário; • Levar a criança a escutar, questionar e a argumentar perante opiniões e perspetivas diferentes das suas, chegando a soluções e conclusões negociadas; • Otimizar a participação das crianças nas atividades desenvolvidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em atividades de grupo; • Promoção das crianças na construção das regras; regulamento; estatutos; projetos e concursos; • Colaboração com pais e encarregados de educação, envolvendo as famílias; • Potenciação de projetos e iniciativas ligados ao exercício da cidadania.

Metas
<p>Creche</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar, sem ajuda, tarefas indispensáveis à vida do dia-a-dia; • Aquisição de hábitos de higiene; • Aceitar e cumprir regras; • Fazer recados;

<ul style="list-style-type: none"> • Saber estar em grupo. <p>Jardim de Infância</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a elaboração das regras de vida em grupo; • Colaborar em actividades de pequeno e grande grupo; • Reconhecer injustiças e formas de as resolver; • Realizar tarefas de forma autónoma e empenhada; • Avaliar, apreciando criticamente, os comportamentos, acções e trabalhos, dando e pedindo sugestões para melhorar. <p>1.º Ciclo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participar na construção das regras; regulamento; estatutos e outros; • Mostrar iniciativa na integração de projetos e dinamização de concursos; • Realizar, pelo menos, uma reunião trimestral, com os chefes das turmas do 1º ciclo, para discutir estes assuntos; • Realizar, pelo menos, um exercício anual de evacuação.
--

1.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

Objetivos	Estratégias
<ul style="list-style-type: none"> • Potenciar a capacidade de resistência à frustração; • Manter o nível de comportamento das crianças; • Promover estratégias promotoras de disciplina, respeito e boas regras de conduta e educação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação do código de conduta; • Formulação dos critérios de avaliação de modo a contemplar as dimensões da (in)disciplina; • Implementação de faltas de atraso/ material (com tolerância de 15 min. 1.º período da manhã) de modo a fomentar hábitos de assiduidade e pontualidade.

Metas
<p>Creche</p> <ul style="list-style-type: none"> • Partilhar brinquedos e outros materiais; • Controlar as “birras”. <p>Jardim de Infância</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manifestar atitudes de respeito; • Resolver conflitos pelo diálogo e aceitar decisões de consenso maioritário; <p>1.º Ciclo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprovar e implementar o Código de Conduta, presente no Regulamento Interno; • Diminuir o número de sanções disciplinares (reuniões com pais; encarregados de educação);

- Diminuir o prazo de resolução de situações de indisciplina, através da prevenção e monitorização;
- Manter toda a equipa educativa como promotora de disciplina.

2. DOMÍNIO 2 - PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

2.1. ARTICULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE

Objetivos	Estratégias
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar os canais de comunicação existentes, otimizando a comunicação; • Promover a utilização das tecnologias de informação e trabalho colaborativo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Agilização das comunicações com utilização das TIC; • Construção de uma área de partilha para os docentes e educadores que contenha os principais normativos e documentos estruturantes; • Construção de uma área de partilha para os docentes e educadores que permita criar um arquivo digital de partilha de trabalho; • Construção de uma área para os docentes e educadores que funcione como ferramenta de trabalho colaborativa, para criação de documentos; • Realização de reuniões no início e final de cada ano letivo entre educadores e professores do 1º Ciclo; • Realização de reuniões periódicas de conselho pedagógico de docentes para articulação do trabalho docente; • Realização de reuniões mensais de Coordenadores do Jardim de Infância e 1º Ciclo; • Realização de reuniões periódicas entre os Coordenadores do Jardim de Infância e 1º Ciclo e a Direção; • Promoção da articulação entre docentes das várias áreas disciplinares e não disciplinares; • Promoção um percurso sequencial e articulado dos

	alunos.
--	---------

Metas
<ul style="list-style-type: none"> • Enviar as convocatórias para reuniões por via eletrónica (sempre que possível); • Enviar, por via eletrónica, um resumo das deliberações resultantes de todas as reuniões; • Enviar comunicação eletrónica de novos normativos relevantes para o funcionamento da instituição, sempre que cheguem; • Implementar a área de trabalho colaborativo para os docentes; • Realizar 90% das reuniões previstas; • Construir um plano de ação, com carácter anual, para o funcionamento das estruturas intermédias que planifique/prepare os assuntos a tratar nas diversas reuniões e que possibilite uma apreciação das principais deliberações; • Construir um arquivo digital de recursos utilizados durante o ano letivo por cada área disciplinar e com o contributo de todos os níveis de ensino dessa área disciplinar; • Dinamizar uma reunião anual para troca de experiências entre educadores e professores; • Dinamizar uma reunião de constituição de turmas com participação de todos os educadores e professores, do ano anterior.

2.2. ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA LETIVA EM SALA DE AULA

Objetivos	Estratégias
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o acompanhamento e a supervisão da prática letiva; 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de critérios de avaliação por disciplina/ano/área disciplinar; • Redefinição das estratégias em função dos resultados obtidos; • Designação de mecanismos de supervisão promovendo relatórios de autoavaliação.

Metas
<ul style="list-style-type: none"> • Construção conjunta pelos grupos disciplinares de testes. Construir pelo menos um teste por período de forma conjunta, sempre que mais do que um docente leccione a disciplina/ano de escolaridade; • Mecanismo interno de supervisão (aulas, planificações, testes, situações de disciplina) por parte da coordenação pedagógica/direção.

Implementar um mecanismo interno de supervisão em pelo menos um grupo disciplinar (excerto de aula, construção de recursos educativos, experiência de aprendizagem, situação de indisciplina, narrativa profissional, portefólio, estudo de caso, diário reflexivo, etc.)

- Construir um conjunto de orientações/recomendações, por disciplina, resultantes da análise dos resultados do ano anterior.

2.3. DIFERENCIAÇÃO E APOIOS

Objetivos	Estratégias
<ul style="list-style-type: none"> • Promover o sucesso escolar e educativo das crianças com necessidades educativas especiais; • Promover a participação da família das crianças no processo de ensino-aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação atempada das crianças que se encontram em situação de risco; • Potencialização dos fatores de proteção que podem beneficiar a criança com dificuldades e a sua família; • Otimização do papel das instituições ao serviço da criança; • Acompanhamento e avaliação dos planos de acompanhamento individual das crianças.

Metas

- Garantir o apoio a todos os alunos em função das suas necessidades;
- Analisar todas as referenciações recebidas pelos serviços, ao longo de cada ano letivo;
- Avaliar/identificar as necessidades educativas de todos os casos considerados prioritários, entre as referenciações de cada ano letivo;
- Assegurar, em cada ano letivo, sempre que os recursos existentes o permitam, o apoio especializado (direto), a todos os alunos com currículo específico individual.

3. DOMÍNIO 3- ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

3.1. GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Objetivos	Estratégias
<ul style="list-style-type: none"> • Gerir o orçamento de acordo com o primado pedagógico; • Gerir de equilibradamente os meios tecnológicos disponíveis; • Otimizar os diversos espaços 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da partilha de recursos com outras instituições e serviços prestados à comunidade; • Promoção da partilha de recursos com outras instituições e serviços de educação públicas

<p>escolares.</p>	<p>e privadas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção da participação em atividades dinamizadas pelo Ministério da Educação e Ciência que envolvam benefícios pedagógicos e/ou financeiros; • Adequação às solicitações financeiras das diversas salas e atividades que se enquadrem na previsão do Plano de Atividades e nos parâmetros orçamentais; • Colaboração com parceiros na requalificação e manutenção do edifício; • Dinamização e expansão da biblioteca, ampliando a sua forma atual, de modo a corresponder e suprir as necessidades das crianças do 1º ciclo.
-------------------	---

<p>Metas</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Dar resposta a todas as solicitações exequíveis, de acordo com todos os recursos disponíveis; • Manter a equidade na gestão dos recursos.

3.2. PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E OUTROS ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA

Objetivos	Estratégias
<ul style="list-style-type: none"> • Otimizar a relação escola – comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização no início de cada ano letivo, reuniões conjuntas entre o Diretor, educadores, professores titulares de turma e os pais/encarregados de educação; • Contacto diário entre educadores/pais; • Valorização do papel dos Coordenadores de Jardim de Infância/1º Ciclo, educadores, e professores titulares de turma, como elementos de ligação escola – família; <p>Utilização das TIC como recurso de comunicação escola – família;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção parcerias e protocolos e potenciar a capacidade de resposta a

	<p>situações emergentes e decorrentes da prática educativa;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção da participação dos pais e encarregados de educação nas atividades presentes do Plano Anual de Atividades; • Mobilização dos pais, encarregados de educação e outros elementos da comunidade educativa para a resolução de situações que possam surgir, resultantes da prática letiva.
--	--

Metas
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar na construção das regras; regulamento; estatutos; • Mostrar iniciativa na integração de projetos e dinamização de concursos; • Realizar, pelo menos, uma reunião trimestral, com os chefes das turmas do 1º ciclo, para discutir estes assuntos; • Realizar, pelo menos, um exercício anual de evacuação.

3.3. EQUIDADE E JUSTIÇA

Objetivos	Estratégias
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a equidade e justiça de tratamento aos elementos da comunidade educativa; • Garantir o acesso de alunos e docentes a recursos e à participação em projetos, atividades e concursos; • Gerir os recursos humanos, nomeadamente na distribuição de serviço docente e não docente, pautando a atuação por princípios de equidade e justiça. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação das turmas em projetos e em outras atividades educativas e acesso aos recursos informáticos, pautadas pela equidade e justiça. • Promoção dos princípios de equidade e de justiça na inserção das crianças nas turmas, na participação em projetos e em várias atividades educativas e no acesso aos recursos informáticos. • Promoção de uma política de inclusão, de promoção do sucesso e de respeito pela diferença e pela multiculturalidade, atendendo às características individuais

	dos discentes e ao facto de, na sua população escolar, poderem existir alunos com necessidades educativas especiais, de outras nacionalidades, com outras culturas e costumes.
--	--

Metas
<ul style="list-style-type: none"> • Manter a equidade na gestão da instituição.

4. DOMÍNIO 4 – LIDERANÇA

4.1. VISÃO E ESTRATÉGIA

Objetivos	Estratégias
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a qualidade do serviço prestado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aferição da qualidade do serviço; • Implementação de medidas para que a instituição seja reconhecida pela sua qualidade, gestão, acolhimento e profissionalismo.

Metas
<ul style="list-style-type: none"> • Construir e implementar um Plano de Avaliação Interna; • Implementar as recomendações resultantes da Avaliação Interna, resultante da construção do Plano anteriormente designado.

4.2. ABERTURA À INOVAÇÃO

Objetivos	Estratégias
<ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar a abertura à inovação como fator de promoção do sucesso escolar e educativo; • Otimizar e utilizar os projetos inovadores que existam no panorama educativo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em projetos do MEC e do Departamento de Educação da C.M. Odivelas, assim como da Biblioteca Municipal D. Dinis, nomeadamente no que diz respeito ao tema escolhido para o Projeto Educativo, TIC e novas abordagens didáticas/metodologias que potenciem o ensino-aprendizagem das crianças; • Promoção e participação da comunidade como fator de

	inovação e potenciador das aprendizagens e do ambiente educativo.
--	---

Metas
<ul style="list-style-type: none"> • Manter os projetos existentes; • Participar em novos projetos que acrescentem valor; • Divulgar os projetos e outras atividades à comunidade.

4.3. PARCERIAS, PROTOCOLOS E PROJETOS

Objetivos	Estratégias
<ul style="list-style-type: none"> • Promover/otimizar acordos e protocolos com outras entidades • com vista ao sucesso escolar e educativo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção/estabelecimento de parcerias e protocolos, de forma a potenciar a capacidade de dar resposta a situações emergentes decorrentes da prática educativa; • Promoção/otimização da participação da instituição em projetos de iniciativa local, nacional e internacional, com reflexo positivo no melhoramento do serviço educativo.

Metas
<ul style="list-style-type: none"> • Manter/aumentar o número de protocolos e parcerias.

5. DOMÍNIO 5 - CAPACIDADE DE AUTOREGULAÇÃO E MELHORIA DA INSTITUIÇÃO

5.1. AUTOAVALIAÇÃO

Objetivos	Estratégias
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a avaliação interna baseada num modelo certificado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo à Autoavaliação (avaliação interna) de forma a melhorar a prestação do serviço; • Participação da comunidade escolar na avaliação interna; • Medir o grau de satisfação da comunidade educativa, permitindo à Escola tomar decisões fundamentadas e organizar modelos próprios de atuação; • Avaliar, tanto quanto possível,

	<p>a qualidade do processo do ensino e da aprendizagem (a nível da sala de aula);</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificar áreas que, futuramente, necessitam de ser melhoradas.• Utilização dos resultados da avaliação interna e externa (se houver lugar) para reformular o Projeto Educativo, na gestão das atividades, na organização e nas práticas profissionais.
--	--

Metas
<ul style="list-style-type: none">• Implementar um Plano de Avaliação Interna.

V. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

O Projeto Educativo do Pião Mágico Infantário Lda. será sujeito a avaliação no final de cada ano letivo, por forma a compreender dificuldades que possam surgir, reavaliar forças e identificar oportunidades, perspetivando um contínuo aperfeiçoamento das práticas e definindo ou reajustando estratégias de melhoria que se afigurem necessárias. Esta avaliação deve ser contínua e participada.

Este Projeto Educativo deve ser acompanhado pela equipa que o construiu. A avaliação da sua implementação insere-se, sobretudo, num processo de avaliação formativa interna e numa lógica de autoavaliação. Serão utilizadas metodologias qualitativas e quantitativas que ajudem a fomentar a prestação de um serviço educativo de qualidade à comunidade, assente numa eficiente organização e gestão escolar, liderança e capacidade de autorregulação, potenciando mais e melhores resultados.

Já a autoavaliação consiste na revisão regular, sistemática e abrangente das atividades e dos resultados da instituição, em particular do grau de concretização do projeto educativo. Os resultados devem ser partilhados com os diferentes agentes da comunidade educativa, pois esta interação é fundamental para uma adequação sistemática das estratégias, conteúdos, atividades e dos objetivos definidos, no intuito de adequar o Projeto Educativo à dinâmica da realidade escolar e às metas que se pretendem alcançar.

1.FORMAS DE DIVULGAÇÃO

Colocação, em formato PDF, na página da Internet da instituição, em <http://www.piaomagico.pt/>.

2.MOMENTOS DE AVALIAÇÃO

No final de cada ano letivo.

3.VIGÊNCIA

Este documento entra imediatamente em vigor após aprovação pelo Conselho Geral, para o triénio 2017-20.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se que o Projeto Educativo deve ser um documento de gestão, instrumento organizacional, orientador de boas práticas e construtor de instrumentos de trabalho, cada vez mais rigorosos e motivadores, conducentes ao pleno sucesso das crianças.

A operacionalização do Projeto Educativo de Escola (PEE) exige de toda a comunidade educativa uma participação ativa, uma estratégia de ação ou de intervenção abrangente, o respeito pelas exigências organizacionais de todas as áreas e o registo planeado e sistemático das variantes socioeconómicas, escolares e culturais decorrentes do contexto educativo.

De facto, a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem é uma preocupação de todas as políticas educativas portuguesas dos últimos anos e mesmo europeias.

O Projeto Educativo constitui o vetor essencial dessa melhoria, designadamente a avaliação que, decorrente do mesmo, incide ao nível do estabelecimento escolar, enquanto organização específica, mostra-se fundamental.

Parece pertinente referir que o Pião Mágico Infantário Lda. visa, desde 1998, a excelência, procurando alargar consecutivamente a sua ação educativa, com rigor e qualidade, procurando corresponder às necessidades da comunidade educativa, motivar e envolver todos os seus agentes educativos.

O Projeto Educativo permite analisar e controlar sistematicamente os resultados obtidos, sendo um documento que constitui uma ferramenta de trabalho, em construção e permanente análise.

Tendo como tema para este triénio *Educar para a Sustentabilidade* o presente projeto pretende melhor abranger e motivar toda a comunidade educativa, melhor envolvendo-os no processo ensino-aprendizagem, por forma a beneficiar os alunos.

